

O processo de patrimonialização da Casa Lambert: um estudo sobre a educação das sensibilidades em Santa Teresa (ES)

MÁRCIA REGINA RODRIGUES FERREIRA*

Introdução

O patrimônio histórico e cultural, relacionado às especificidades de diferentes tempos e espaços, aos critérios que o selecionam e definem e às experiências plurais dos sujeitos, envolve uma interpretação da cultura como produção material, mas também simbólica, como referência de identidade, ação e memória dos diferentes grupos que formam a sociedade (FONSECA, 2009b). Nesse sentido, constitui-se como um campo investigativo fecundo para a problematização de práticas sociais que instituem visões de mundo, sociabilidades e sensibilidades.

Nesta linha de ideias, De Certeau (1995) ressalta que muito além de um conjunto de valores a serem seguidos ou promovidos, a cultura está relacionada aos múltiplos aspectos que caracterizam a realidade social, sendo assim um campo de estratégias, de possibilidades e de implicações políticas.

Compreendendo o patrimônio histórico e cultural como espaço de expressão das relações dos sujeitos históricos com a temporalidade, a cultura, a história, a memória e os processos de identificação, a Casa Lambert, no cenário sociocultural de Santa Teresa (ES), suscita questionamentos fundamentais acerca de para quem se preserva, por que se preserva e qual visão de passado é selecionada e perpetuada na transformação de um bem em patrimônio.

Segundo Gonçalves (2009) o patrimônio, como uma categoria de pensamento, “não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado”. Para ele, “o patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas” (p.31).

* Licenciada em História e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Professora da Rede Estadual de Educação do Espírito Santo e da Rede Municipal de Educação de Santa Teresa. E-mail: marciarrodrigues@live.com

E assim, várias indagações podem ser destacadas: que critérios definiram a visão preservacionista que resultou no tombamento de bens pertencentes à família Lambert? Quais valores e conceitos relativos à cultura e patrimônio foram evidenciados? Por que a Casa Lambert foi definida como símbolo da cultura e memória dos imigrantes italianos em Santa Teresa em detrimento de tantos outros bens que foram silenciados? Quais são as visões de mundo, imagens e valores imbricados no processo de patrimonialização da Casa Lambert?

O patrimônio como prática social: algumas considerações

Cada momento histórico define e seleciona seu patrimônio a partir das necessidades e questionamentos do presente. Conforme Meneghello (2000), patrimônio histórico é “uma relação entre os artefatos do passado e sua interpretação, e não um método mais acertado de zelar por ele” (p.341). Nesse sentido, as reflexões sobre os processos de patrimonialização devem considerar “[...] o exercício do passado reconhecido como construção [...]” e também que a institucionalização do patrimônio como uma prática social “regida por leis e por um patamar comum de avaliação do passado é possibilitada apenas pelo exercício de reinterpretação desse passado” (p. 341). Essa noção de passado dinâmico é de suma importância para a compreensão do patrimônio histórico e cultural como espaço que educa, incidindo de maneira diversa nos indivíduos.

Para Gay (1988), o sujeito histórico, dotado simultaneamente de racionalidade e sensibilidade, define suas formas de agir e pensar o mundo em práticas culturais plurais, entre as quais destaco a constituição dos patrimônios. Amalgamando temporalidades múltiplas, a Casa Lambert, outrora um lar e hoje patrimônio de Santa Teresa, está historicamente integrada às transformações oriundas dos ideais difundidos pela modernidade capitalista, que educa para fins específicos.

Assim, partindo do pressuposto de que os patrimônios históricos e culturais não são neutros, ao contrário, estão imbricados de valores relacionados ao seu tempo e espaço, interessa-me, como propõe Fonseca (2009a), as práticas de construção desse patrimônio da história local, conduzido por atores definidos e em circunstâncias específicas. Para

Fonseca, “são essas práticas e esses atores que atribuem a determinados bens valor enquanto patrimônio, o que justificaria sua proteção” (p.36).

Ao lado de outros bens culturais que atestam as marcas da imigração italiana em Santa Teresa, a Casa Lambert, como símbolo da arquitetura vernacular¹ é portadora de expressões culturais e sociais e visões de mundo. O processo de patrimonialização da Casa Lambert, compreendido como produção material, mas também simbólica, expressa tendências culturais prevaletentes que podem ser problematizadas a partir dos parâmetros analíticos utilizados por Thompson (1998), que fornece subsídios para pensar a cultura como espaço de tensões, conflitos e negociações. A perspectiva thompsoniana se fundamenta no caráter plural da cultura e em uma acepção de sujeitos históricos inteiros, vinculados aos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais da realidade em que estão inseridos por meio de suas experiências.

Com base nessa noção de cultura, para a compreensão dos processos que elevam determinados bens à categoria de patrimônio histórico e cultural, símbolos de uma coletividade, é preciso refletir acerca da pluralidade de interesses e conflitos que perpassam as relações sociais. Os embates socioculturais estimulam “os sujeitos a acumularem experiências que são ressignificadas, promovendo ações de dominação e/ou resistência, e que levam em consideração normas, valores e sentimentos” (PINTO JR., 2010: 38).

Nas palavras de Thompson:

Não podemos esquecer que “cultura” é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho (1998: 22).

Mediante o exposto, a definição do patrimônio histórico e cultural depende de múltiplos fatores, entre eles, a atuação de Estado e as diretrizes dos órgãos de preservação, as

¹ Termo inglês usado para distinguir os edifícios marcadamente locais. Cf. CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

escolhas dos sujeitos envolvidos, a atuação do setor privado e dos movimentos sociais e a imagem de passado que se pretende perpetuar. Por conseguinte, determinadas visões de mundo sobressaem em processos de construção simbólica que priorizam determinados bens em detrimento de outros que são silenciados e legados ao esquecimento e exclusão.

O processo de patrimonialização da Casa Lambert de Santa Teresa (ES)

Considerada simbolicamente a construção mais antiga de Santa Teresa, cidade localizada na região serrana do Espírito Santo, a 78 quilômetros da capital Vitória, a Casa Lambert, construída por volta de 1875 pelos irmãos trentinos Virgílio e Antônio Lambert, foi tombada em 1985 pela Secretaria de Estado da Cultura (Secult) e hoje funciona como um museu que procura contar um pouco da história da família Lambert e da imigração italiana no Espírito Santo (figuras 1 e 2).



Figura 1 - Casa dos Lambert no início do século XX.
Fonte: Grosselli, 2008.



Figura 2- A Casa Lambert hoje, abrigando um museu em seu espaço.
Fonte: site de arquitetura Vitruvius. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br>>. Acesso em: 22 mar.2015.

Partindo do pressuposto de que a cidade não é feita apenas de pedras, mas também de signos e símbolos, a Casa Lambert, no contexto sociocultural de Santa Teresa, é um lugar rico de significados e retrata visões de mundo e expectativas tanto do presente quanto do passado. Sua história está vinculada ao processo de imigração maciça de italianos² para o Espírito Santo na segunda metade do século XIX, especificamente com

² Considerando que a imigração italiana é um marco na história de Santa Teresa existe razoável produção bibliográfica sobre o tema. E como o foco deste trabalho é o processo de patrimonialização da Casa Lambert, não ampliarei as reflexões acerca do processo de colonização italiana na região.

o grupo de trentino-tirolezes que em 1875 partiu do porto de Havre no norte da França, a bordo do navio Rivadávia, e se estabeleceu no Núcleo Timbuhy³, hoje Santa Teresa.

Esse grupo desembarcou no Rio de Janeiro e foi levado de trem para a Barra do Pirai, onde esteve de quarentena por 17 dias. Depois, os colonos seguiram para Vitória em dois grupos, no navio Ceres e no navio Bahia (BUSATTO, 2002; BIASUTTI, 2005).

Em relação à viagem dos imigrantes do Rivadávia, Biasutti (1994) ressalta

[...] levantou ferros, no porto de Havre, o vapor francês Rivadávia, trazendo em seu bojo essa mescla extraordinária de tipos, gênios e caracteres, todos, entretanto, identificados pelo mesmo destino e pelo mesmo ideal. Depois de uma viagem sem grandes incidentes, sangrando as águas imensas do mar, chegou o navio à Baía de Guanabara no dia 9 de maio. Era o sonhado Brasil, a terra encantada, a mansão da Felicidade! (1994: 46).

Os imigrantes que chegaram ao Espírito Santo no navio Rivadávia em 1875 foram encaminhados para Santa Leopoldina e de lá caminharam para o Núcleo Timbuhy. Müller assim descreve esse episódio:

Dias depois, abastecidos de gêneros alimentícios e de ferramentas de lavoura, subiram, aos magotes, pelo rio Santa Maria. Causava-lhes espanto a maneira estranha e bárbara por que os canoieiros faziam as canoas correr...
[...] Algum tempo mais tarde, tomaram pela estrada ou picada que dava a um tal Aurélio Alvarenga Rosa (Serva do Alvarenga), onde existiam dois barracões cobertos de palha e adrede armados para pousada de imigrantes. Daí prosseguiram pela mata adentro, tendo a indicar-lhes o rumo uma simples trilha.
Todos os homens entregaram-se à abertura da estrada [...] (2000:17-18).

No núcleo Timbuhy, o agrimensor Franz Von Lipper fazia a medição e divisão dos lotes para a distribuição entre os colonos. O sorteio dos lotes foi feito em 26 de junho de 1875, considerada a data oficial de criação do núcleo. Segundo os relatos de Biasutti (1994), depois de “aberta a passagem, convidou-os Von Lipper a tirar, um a um, à sorte, as suas respectivas colônias” (p. 47). Entre eles, estava Virgílio Lambert que veio com o irmão Antônio e a filha Hermínia.

³ São encontradas três grafias para esta toponímia: Timbuí, Timbuy, Timbuhy. Utilizo a última grafia que aparece na obra de Renzo Grosselli fundamentada em fontes primárias de pesquisa e também no registro de entrada do colono Virgílio Lambert emitido pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Cf. GROSSELLI, Renzo M. **Colônias Imperiais na Terra do Café**: Camponeses Trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008; APEES- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2015. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>> Acesso em: 20 set. 2014.

Em relação a casa da família Lambert, é importante explicitar que parte da história dos imigrantes italianos está presente na arquitetura, que expressa visões e valores relativos a um tempo e espaço. As casas “por vezes se aproximam de lembranças de formas e espaços variados usados na arquitetura rural de diferentes regiões italianas, sobretudo de localidade do norte de onde vieram imigrantes para o Espírito Santo” (MUNIZ, 1998: 250).

As casas dos colonos italianos trazem as marcas da herança cultural das terras de origem, adaptações às necessidades de integração ao clima e disponibilidade de materiais do novo ambiente e ainda contribuições de outras culturas presentes na província.

Conforme Muniz (1998), a técnica de pau a pique também denominada taipa de mão ou ainda estuque, predominou na arquitetura rural do imigrante italiano. Essa técnica, inexistente em suas terras de origem foi conhecida pelos imigrantes logo após sua chegada, pois era utilizada nos barracões que os abrigavam. A Casa dos irmãos Lambert foi construída conforme as descrições de Muniz (1998) e aparece em sua obra como referência de construção utilizando a técnica de pau a pique reforçada e também de manutenção de tradições culturais do Trentino. A residência tem dois pavimentos e a armação de taipa apresenta varas colocadas no sentido diagonal.

Por ter sido predominantemente uma residência até 2007, a casa sofreu algumas descaracterizações ao longo do tempo. A partir da descrição de Muniz (1998) é possível conhecer as condições da casa Lambert no final do século XX:

Construída em dois pavimentos, a casa conserva sua forma original, com alguma modificações. O telhado que era de tabuinhas, passou a ser de telhas de zinco; o volume que constituía uma pequena cozinha, como no Trentino, já não existe; e a escada para o sótão também já se perdeu. A base de pedra, a estrutura em madeira e as paredes de pau-a-pique reforçadas por ripas na diagonal permaneceram aparentes, como sempre foram (MUNIZ, 1998, p. 265)

As primeiras movimentações em defesa do tombamento Casa Lambert ocorreram a partir da primeira metade da década de 1980, fundamentadas em valores de ordem

histórica e cultural e enfatizando o caráter de referência desses bens para o processo de imigração italiana no Espírito Santo.

A propósito do processo de tombamento da Casa Lambert, o conselheiro Orlando Bomfim Netto, da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Estadual de Cultura (CEC) do Espírito Santo, baseado no parecer técnico do arquiteto Jayme Henrique Emery Brandão, apresenta a necessidade e urgência em tomba a residência “por sua notável expressão histórica” (CEC, Processo de Tombamento 09/80, p. 10).

Na documentação consultada, a importância do imóvel foi destacada também por ter abrigado os Lambert, imigrantes que deram grandes contribuições à região e ao estado, cujos descendentes continuavam morando na casa e zelando pela sua preservação. O tombamento era considerado como uma importante iniciativa no sentido de destacar Santa Teresa como um dos municípios de imigração italiana, com grande influência de sua cultura (CEC, Processo de Tombamento 09/80, p. 10-11). Assim, apoiado em valores históricos, o processo de tombamento sustentava-se na ideia da casa “enquanto testemunho de um determinado espaço/tempo vivido por determinados atores” (FONSECA, 2009a: 42).

A definição do patrimônio histórico e cultural em função de sua carga simbólica, no sentido de reforçar as identidades locais, de acordo com Fonseca (2009a), relaciona-se a um novo discurso que incidiu sobre o patrimônio a partir da década de 1980.

Analisando a documentação de tombamento, em fevereiro de 1984, antes da efetivação do tombamento, um dossiê da Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural (DPHC) do Departamento Estadual de Cultura (DEC), evidenciava o valor cultural da casa como marco da colonização italiana no Espírito Santo, justificando seu reconhecimento como patrimônio e, conseqüentemente, seu tombamento e proteção pelo Estado. Quer dizer, a definição do patrimônio histórico perpassa os sentidos historicamente construídos a ele atribuídos. Os documentos apresentavam também apreciações sobre a utilização do espaço da casa que se tornaram disputas simbólicas nas décadas seguintes, envolvendo imperativos de valor de uso do bem patrimonial. A questão preponderante consistia em manter o uso original como residência da família Lambert ou transformá-la num museu.

Essa foi a primeira residência construída na região de Santa Teresa pelos colonizadores italianos [...]. Recomenda-se o tombamento da referida casa pela clareza estrutural que apresenta bem como por seu significado histórico para o Espírito Santo e em especial para a comunidade de Santa Teresa. Aconselhamos a demolição dos dois anexos e a restauração do corpo original da casa para instalação no local do museu da colonização italiana com aproveitamento de todo o material iconográfico pertencente à família Lambert (CEC, Processo de Tombamento, p. 14).

O parecer favorável ao tombamento da Casa dos Lambert, da Capela de Nossa Senhora da Conceição, três crucifixos e uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, todos de propriedade da família Lambert, referente ao processo nº 09/80 do CEC, foi apresentado e aprovado na 551ª reunião plenária do referido Conselho, no dia 5 de junho de 1984. Na sequência, a Resolução nº 07/85 do CEC, de 12 de dezembro de 1985, tendo em vista o que consta no processo nº 09/80-CEC, aprova em caráter definitivo o tombamento:

da residência da família Lambert com suas paredes e revestimentos internos situada na sede do município de Santa Tereza (sic), inscrita no Livro de Tombo Histórico sob o número 83, f. 9v. e 10 e no Livro de Tombo das Belas Artes sob o nº 57, f. 14v e 15 (CEC, Processo de Tombamento, p. 30).

As medidas de preservação do espaço da “Casa” ligadas ao interesse público e aos valores culturais reiteradamente apresentados em pareceres e dossiês que tramitaram durante o processo de tombamento, não se efetivaram. Em 1986 (CEC, Processo de Tombamento nº 09/80), um ofício enviado pelo Secretário do CEC, Fernando Achiamè, ao então prefeito de Santa Teresa, Ethevaldo Damazio, destaca ameaças de descaracterização da casa devido à construção em seu entorno, o que evidencia que os processos de tombamento afetam a organização dos diferentes espaços da cidade e os seus usos sociais e que uma política de preservação do patrimônio é bem mais ampla que a proteção representada pelo tombamento.

O relatório, apresentado em Reunião Plenária do CEC em 28 de outubro de 1986, sugere ainda um estudo que preserve a característica rural da época de implantação do imóvel. Sobre este aspecto, é importante destacar que devido ao processo de adaptação às condições naturais encontradas em Santa Teresa pelos primeiros colonos, as casas eram construídas “em regiões com acesso pelos vales através de picadas, ocupando os espaços nos “pés” dos morros, próximos aos rios, conforme áreas existentes”

(GASPARINI, 2008:127). Assim, a Casa dos Lambert que foi construída próxima ao rio São Lourenço e afastada do centro, atualmente está inserida na área urbana do município.

Essas questões envolvendo o entorno da casa e outras que se estabelecem na relação com a cidade e a sociedade, evidenciam as diferentes nuances dos processos de patrimonialização, entre elas, a complexidade da temática frente à contínua urbanização, os interesses econômicos e a ambiguidade entre discurso e prática.

A partir da análise do processo de tombamento é possível sugerir uma ideia de patrimônio relacionada a uma visão histórica institucionalizada, baseada na ideia de continuidade, que desconsidera as experiências vividas coletivamente que não se articulam às tendências culturais dominantes.

Na década seguinte ao tombamento, começam a surgir questões que evidenciam o distanciamento entre o discurso e a prática no que tange a preservação da Casa Lambert e os problemas oriundos do crescimento urbano. Este último aspecto foi abordado em um ofício enviado pelo presidente do CEC, Ivanilde Brunon, ao prefeito de Santa Teresa, Alcides Sylvestre, em 19 de junho de 1997.

De acordo com entendimentos mantidos anteriormente, por ocasião da reunião do Conselho Estadual de Cultura nesse município, [...] vimos reafirmar a necessidade de 2 (dois) quebra-molas, próximos à residência da família Lambert para evitar trepidações de veículos pesados ao passar em frente da mesma. [...] temos a preocupação de preservar aquele imóvel que é de grande valor histórico para esse município e o Estado do Espírito Santo (CEC, Processo de Tombamento nº 09/80, f.51).

Por volta do ano 2000, ganham destaque os problemas apresentados pelo imóvel e a necessidade de restauração, o que revela que nos vinte anos posteriores ao tombamento não foram efetivadas medidas que garantissem a preservação do imóvel, ficando sua conservação exclusivamente sob a responsabilidade da família.

Cabe salientar que no relatório técnico solicitado pelo CEC no início dos anos 1980 para dar embasamento ao tombamento da Casa, o arquiteto Jayme Henrique Emery Brandão, ressalta que “em termos de reforma, pouco há a ser feito, uma vez que a referida casa encontra-se em bom estado de conservação” (CEC, Processo de

Tombamento nº 09/80, f. 8). A situação de deterioração da Casa nos anos 2000 abre brechas a indagações sobre o reconhecimento e valoração do imóvel por parte do poder público e da sociedade, após o tombamento.

Soma-se a esse contexto a solicitação feita em 2001, pelo Centro Educacional Leonardo Da Vinci ao CEC:

somos alunos do 1º ano do Ensino Médio do CENTRO EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI e percebemos, no desenvolvimento de projeto sociocultural vinculado à UNESCO, o estado crítico da residência e da capela da família Lambert, imóveis de grande valor histórico, por se tratar das primeiras edificações italianas em solo espírito-santense.

Para subsidiar nosso trabalho solicitamos desse CONSELHO, fornecer-nos, com a possível brevidade:

- 1) Um laudo da atual situação dos imóveis;
- 2) Uma relação das providências necessárias para a efetivação do restauro/recuperação dos imóveis (CEC, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 060).

Em junho de 2001, o CEC emite um relatório de visita técnica atendendo às solicitações do Centro Educacional Leonardo Da Vinci com o objetivo de vistoriar as condições físicas da Casa Lambert e da Capela Nossa Senhora da Conceição. O referido relatório produzido pelos arquitetos Ana Paula Rabello Lyra e André Luiz de Souza do Instituto de Arquitetos do Brasil do Espírito Santo (IAB/ES), como também pelo historiador Hércules Dutra de Campos Filho do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHG/ES) e presidente do CEC, destaca que “o imóvel construído em 1876 pelo processo de estuque e estrutura de madeira de Lei, encontra-se prestes a ruir” (CEC, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 063). E ainda,

segundo relato do Sr Virgílio que reside nesta residência com a esposa e filha, além de receberem a visita de famílias isoladas em carros de passeio, é comum também a visita de grupos de jovens e crianças ao imóvel tombado. Por precaução, o Sr Virgílio decidiu limitar também a visita apenas a parte externa da casa por receio desta causar algum incidente aos visitantes (CEC, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 063).

O projeto de restauração da Casa e da Capela da família Lambert proposto pelo Colégio Leonardo Da Vinci foi divulgado na imprensa, contou com a parceria de professores e estudantes do curso de Arquitetura da Faculdade Univix e foi apresentado a comunidade local. Para dar sequência ao projeto foi lançada uma campanha, por meio de um livro de ouro, visando arrecadar recursos para promover a recuperação dos imóveis.

Em 07 de agosto de 2002, o ofício nº 0017/2002 emitido pelo CEC garante a aprovação do projeto de restauração da Casa e da Capela da família Lambert (CEC, Processo nº 001/2002). O lançamento ocorreu em 04 de agosto de 2001, com um ato público em frente à Capela Nossa Senhora da Conceição. O evento contou com a participação de instituições de ensino, políticos e pessoas de vários segmentos da comunidade.

É importante ressaltar que o projeto previa a adaptação do espaço para acesso público, visando divulgar a sua participação na fundação de Santa Teresa. Assim,

com a proposta de compartilhar o uso residencial, historicamente consolidado, com o novo uso cultural o bem passa a ter um caráter público, o que justifica a participação efetiva da sociedade na sua preservação, através do estabelecimento de parcerias entre a iniciativa privada e o poder público, tanto municipal quanto estadual (CEC, Projeto de Restauração, Processo nº 001/2002, p. 10).

Os recursos angariados pelo Colégio Da Vinci não foram suficientes para a implementação de todo o projeto sociocultural, garantindo apenas a restauração da Capela Nossa Senhora da Conceição. A parte referente às intervenções necessárias para a recuperação da Casa foi entregue à Prefeitura Municipal de Santa Teresa e a Câmara dos Vereadores.

A lei municipal nº 1.598, aprovada e sancionada em 2005, representa outro momento significativo imbricado no processo de patrimonialização da Casa Lambert. Em consonância com a Constituição Federal de 1988 e sua concepção ampliada de patrimônio cultural, a lei nº 1.598 de 2005 apresenta em seu artigo 1º a seguinte definição:

São considerados patrimônio cultural do Município de Santa Teresa os bens de natureza material ou imaterial, quer tombados individualmente ou em conjunto, que sejam relacionados à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade teresense, dentre os quais se incluem:

I - As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - As cidades, os edifícios, os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico, natural, científico e inerentes a relevantes narrativas de nossa história cultural.

VI - As encostas naturais (SANTA TERESA, 2005, art. 1).

É importante mencionar que a aprovação da lei nº 1.598/2005, revogada em 2007⁴, ocorre concomitantemente ao contínuo processo de deterioração da Casa Lambert, sem nenhuma medida efetiva por parte do poder público que garantisse a sua recuperação e preservação. Quanto às responsabilidades do poder público o Capítulo II, artigo 3º da referida lei, destaca:

o poder público promoverá, garantirá e incentivará a preservação, restauração, conservação, proteção, tombamento, fiscalização ou execução de obras e serviços e a valorização do patrimônio ecológico e cultural teresense, preferencialmente com a participação da comunidade (SANTA TERESA, 2005, art. 3).

Em 2007, a Casa Lambert continuava em precário estado de conservação, assinalado pelo engenheiro João Carlos Dalcomo Azevedo no Relatório Técnico de 06 de abril de 2007 (CEC, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 102) que ressaltava a necessidade de providências urgentes para sua restauração, principalmente no que se refere aos problemas estruturais, havendo ameaças de desabamento.

De acordo com o Relatório Técnico da Gerência de Memória e Patrimônio da Secretaria de Cultura, de 16 de dezembro de 2007, elaborado pela arquiteta e urbanista Penha Maria de A. Meneses, “a casa foi comprada do herdeiro pela Prefeitura Municipal de Santa Teresa para ser transformada em Espaço Cultural-Acervo. Foi desocupada e encontra-se vazia, necessitando de intervenções urgentes” (CEC, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 091). Em 2010 a Casa foi restaurada e a partir de 2011 foi aberta ao público, tornando-se uma Casa-Museu.

Considerações Finais

O processo de patrimonialização da Casa Lambert expressa a complexa relação da sociedade contemporânea com o seu patrimônio. Se por um lado o poder público tem se

⁴ No que tange a questão patrimonial no município, atualmente está em vigor a Lei nº 2093, de 29 de abril de 2010. Cf. <SANTA TERESA (Município). **Lei nº 2093, de 29 de abril de 2010**. Revoga a lei municipal nº 1.887/2008 e estabelece novas disposições sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, natural, cultural e ecológico do município de Santa Teresa – ES. Cf. <<http://www.legislacaoonline.com.br/santateresa>>. Acesso em: 15 de dez. de 2014.

apropriado do passado e exaltado os bens patrimoniais, por outro, a política de preservação baseada no conhecer e guardar, relacionada a uma ideia de patrimônio intocável, distancia os sujeitos que se tornam meros espectadores de seu patrimônio, transformado em fantasmagoria. Conforme Meneghello (2000: 396), “cada vez mais conhecido o passado parece ser cada vez menos compartilhado”.

Em relação aos valores conferidos ao patrimônio, merece destaque, na relação da cidade com a modernidade capitalista, o uso do passado como atrativo econômico. Em Santa Teresa, os bens patrimoniais tangíveis e intangíveis que simbolizam a cultura italiana são utilizados para estimular o turismo na região, o que permite fazer questionamentos acerca da visão mercadológica dos bens patrimoniais, ou seja, sua transformação em bens de consumo.

Mesmo considerando que as condições históricas, sociais e econômicas atuais impõem novos desafios e demandas para as questões patrimoniais e que a crescente urbanização, industrialização e mercantilização são aspectos inerentes à lógica capitalista em que o patrimônio histórico está inserido, é preciso analisar de forma minuciosa a relação da sociedade com o seu patrimônio. Afinal, “[...] qual o valor de todo o nosso patrimônio se a experiência não mais o vincula a nós” (BENJAMIN, 2012: 124)?

A problematização do processo que elevou a Casa Lambert a patrimônio histórico e cultural de Santa Teresa visa romper com essas concepções tradicionais que relacionam os bens patrimoniais a um passado idealizado e nostálgico. Considerados intocáveis e distantes da experiência dos sujeitos do tempo presente, tais bens seriam destinados à contemplação. Em contraposição a essa perspectiva, o trabalho investigativo sobre a questão patrimonial deve ressaltar as experiências vividas pelos sujeitos e grupos sociais, as diferentes visões de mundo e sensibilidades e o entrecruzamento do presente e passado.

Nesse sentido, é fundamental que a preservação dos bens histórico-culturais considere as necessidades dos sujeitos, pois a preservação passa pelo envolvimento com o bem a ser preservado. Os sujeitos devem ser capazes não só de conservar seus patrimônios,

mas de se apropriarem deles numa dimensão mais ampla, recriando-os a partir de questões mobilizadoras situadas no presente (GALZERANI, 2013:97).

Em suma, processos de patrimonialização como o da Casa Lambert são espaços de tensões e conflitos, mesmo que ocorram de maneira sutil e simbólica, considerando a pluralidade de vozes e visões de um contexto histórico. Tais processos possibilitam importantes reflexões sobre a história local questionando visões de mundo, imagens e valores imbricados no patrimônio histórico e cultural.

Referências

- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012 (Obras escolhidas; v. 1).
- BIASUTTI, Luiz Carlos. **No Coração Capixaba: 120 anos de história da mais antiga colônia italiana no Brasil - Santa Teresa-ES**. Belo Horizonte: Barvalle, 1994.
- _____. **Almanaque: cronologia histórica do município de Santa Teresa- Espírito Santo**. Santa Teresa: [s.n.], 2005.
- BUSATTO, Luiz. Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo. Vitória, 2002. [Reunião de artigos relacionados com imigração italiana, publicados em diversos periódicos]. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br>> Acesso em: 18 abr.2015.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- DE CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papyrus, 1995 (Coleção Travessia do século).
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009a.
- _____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009b. p. 59-79.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Práticas de ensino em projeto de educação patrimonial: a produção de saberes educacionais. **Pro-posições**, Campinas-SP, v. 24, n.1(70), p.93-107, jan./abr. 2013.
- GASPARINI, Sandra. **Santa Teresa: Viagem no Tempo, 1873-2008**. Santa Teresa: Gráfica GSA, 2008.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**: a educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.25-33.

GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café**: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã; v. 6)

MENEGUELLO, C. **Da ruína ao edifício**: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana. Campinas. 2000. 430p. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas).

MÜLLER, Frederico. **Fundação e fatos históricos de Santa Teresa**: Estado do Espírito Santo. 2. ed. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2000.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. A casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo. In: CASTIGLIONE, Aurélia Hermínia (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998, p. 248- 273.

PINTO JR., Arnaldo. **Professor Joaquim Silva, um autor da história ensinada do Brasil**: livros didáticos e educação moderna dos sentidos (1940-1951). 2010. 205 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.